

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

INTERCÂMBIO ECOLÓGICO DESIGUAL E REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Jomar Fernandes¹

RESUMO

A economia heterodoxa do século XX fortaleceu a crítica ao intercâmbio econômico desigual entre países desenvolvidos e países sem desenvolvimento. A partir das décadas de 1980 e 1990, surgiu um novo campo na economia, de caráter transdisciplinar, conhecido como economia ecológica, que colocou a natureza na equação das trocas internacionais. Os principais precursores – Georgescu-Roegen e René Passet – trouxeram duas balizas determinantes: a tese da finitude dos recursos naturais (irreversibilidade entrópica) e a ideia de que antes da economia vem a sociedade e antes dessa, a natureza. Este artigo visa discutir o intercâmbio desigual de bens ecológicos, usando o fluxo material do país (que aponta para a reprimarização da economia) como proxy, bem como analisa o efeito disso na estagnação produtiva e as alternativas postas pela política pública fiscal verde como meio de indução de uma forma de produzir baseada na sustentabilidade.

Palavras-Chave: Economia ecológica, intercâmbio desigual, fluxos materiais, estado estacionário.

ABSTRACT

The heterodox economy of the 20th century strengthened the criticism of the unequal The heterodox economics of the 20th century strengthened the criticism of the unequal economic exchange between developed and non-developed countries. From the 1980s and 1990s, a new field in economics emerged, of a transdisciplinary nature, known as ecological economics, which placed nature in the equation of international exchanges. The main precursors – Georgescu-Roegen and René Passet – brought two decisive landmarks: the thesis of the finitude of natural resources (entropic irreversibility) and the idea that before the economy comes society and before that, nature. This article aims to discuss the unequal exchange of ecological goods, using the country's material flow (which points to the reprimarization of the economy) as a proxy, as well as analyze the effect of this on productive stagnation and the alternatives posed by the green fiscal public policy as a means of induction of a way of producing based on sustainability.

Keywords Ecological economics, unequal exchange, material flows, steady state.

¹ Doutorando em Economia. Universidade Federal do Pará. E-mail: jomar_fernandes@hotmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



1. INTRODUÇÃO

O aspecto mais inovador da economia ecológica e que provoca desconforto nos economistas do *mainstream*, é a ideia de que as limitações biofísicas ao crescimento do produto indicam como saída para o alcance da sustentabilidade, a diminuição no nível de atividade. Esse conceito indica que o desenvolvimento humano, de forma paradoxal, pode acontecer com o decréscimo do produto, mesmo com a utilização de energias renováveis, como elemento mitigador dos efeitos danosos da produção. Essa ideia pode ser considerada uma heresia quando confrontada com modelos neoclássicos de crescimento, como o Modelo de Solow², que relaciona o crescimento com a quantidade de capital (incluindo a natureza) e trabalho, somado à inovação tecnológica, que o modelo considera uma externalidade, chamada de progresso técnico.

A função de produção básica do modelo é dada, de forma simplificada³, por $Y = (K, L)$. A afirmação essencial é que o produto (Y) é função direta das quantidades de capital (K) e trabalho (L). Quanto mais capital e trabalho, mais o produto cresce, até ser impactado pela variável demográfica. Quando a variação do produto se iguala à variação da população, a renda per capita estaciona. Nesse ponto o modelo acrescenta uma externalidade (considerada positiva): o progresso técnico. Para além da poupança e do investimento, é ele que explica o crescimento econômico no longo prazo, embora o modelo não apresente seus determinantes. Solow apresentou ainda, uma equação da acumulação de capital, que é dada por $k = sY - dK$, onde k é a variação (acumulação) de capital, s é a taxa de poupança e d a taxa de depreciação do capital. Observe-se que a relação entre acumulação de capital (k) e investimento bruto (sY), é direta. Já a relação entre acumulação e depreciação do capital (dK), é inversa. Considerando a depreciação, uma deterioração do capital físico, para que a acumulação seja crescente é preciso diminuir a depreciação e isso é feito com a substituição do capital depreciado, ou seja,

² Robert Solow apresentou o modelo no artigo *A Contribution to the Theory of Economic Growth*, de 1956.

³ Como o Modelo pressupõe retornos constantes de escala, a função de produção assume o formato Cobb-Douglas $Y = (K^\alpha L^{(1-\alpha)})$, sendo $0 < \alpha < 1$, $\alpha + (1 - \alpha) = 1$.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

máquinas e equipamentos, que são bens físicos oriundos, em última instância, de matérias-primas naturais. Aqui reside a contradição principal entre as visões de crescimento econômico da economia neoclássica e economia ecológica. A primeira relaciona o crescimento econômico com as quantidades de capital e trabalho somados ao progresso técnico. A segunda, coloca a natureza na equação, considerando-a finita, e alerta para a possibilidade da destruição das condições de habitabilidade humana no planeta, por conta de uma produção focada no seu próprio crescimento no curso do insondável longo prazo.

Não há como avançar nesta discussão, sem revisitar o percussor Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), que alertou a humanidade sobre esse limite determinante para o crescimento econômico: a natureza. Georgescu-Roegen, em sua obra mais conhecida, *The Entropy Law and the Economic Process* (1971), buscou fundamentos na física – mais precisamente – na termodinâmica, para afirmar que o processo econômico não cria matéria e não cria energia. Como um sistema entrópico, apenas transforma baixa entropia em alta entropia. Assim, quanto mais intensa for a atividade, maior será a degradação dos recursos naturais, em um processo caótico (com a devida ordem inerente ao caos) e irreversível. Georgescu-Roegen (1995) se opôs aos neoclássicos em duas frentes: negando que o mercado tem o poder de gerar sustentabilidade ambiental pela sua suposta superior capacidade de alocar recursos, e contrapondo o dogma do crescimento econômico perpétuo com a teoria do decréscimo econômico – compensado por externalidades alheias ao sistema de preços.

Após a explosão da primeira bomba atômica em Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, segmentos minoritários da sociedade mundial começaram a manifestar preocupação com as questões ambientais, em função da ameaça da ação do homem sobre a vida no planeta. Após o fim da segunda grande guerra, o capitalismo viveu seu momento áureo de crescimento, que durou aproximadamente trinta anos. À explosão da bomba seguiu-se a explosão de novas tecnologias que elevaram a produção humana a um patamar jamais antes estimado. A industrialização avançou em todos os continentes – embora patrocinada por poucos países – com a consequente poluição dos bens comuns: o ar, a água e a própria crosta terrestre. A resultante disso tem sido a progressiva deterioração do patrimônio ambiental, parte dele não renovável.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Essa realidade provocou, a partir da década de 1960, um crescimento do interesse acadêmico pela temática ambiental, especialmente com referência aos impactos causados pelo crescente nível de atividade econômica. Em 1968, o economista e presidente honorário da montadora FIAT, Aurelio Peccei (1908-1984) convidou o cientista escocês Alexander King (1909-2007) para organizar um encontro internacional para discutir o futuro da humanidade no planeta, a partir da ótica ambiental. O resultado desse encontro, ocorrido em Roma, foi a publicação, em 1972, do relatório **Os Limites do Crescimento**, traduzido para 30 idiomas, com grande repercussão internacional.

No início da década de 1970, surgiram os trabalhos percussores da economia ecológica, que se firmou como disciplina independente, no final dos anos 1980, ignorada pelos liberais. A economia ecológica, pelo seu caráter sistêmico, pelo seu foco no bem-estar do ser humano (em oposição à seletividade da satisfação do consumidor) e pela defesa do “lar natural” de todos, surgiu exigindo um planejamento para um desenvolvimento sociedade-ambiente, pautado na sustentabilidade. Por tudo isso, não foi considerada importante pelos “donos do dinheiro”, para usar uma expressão de Arrighi (1997). E note-se que a economia ecológica não abdica da economia propriamente dita (estudo da produção, distribuição, consumo, acumulação, alocação de recursos escassos etc.). Ela apenas vai além e incorpora as relações sociedade-empresa-ambiente, em uma visão mais sistêmica da atividade do homem sobre a natureza no decorrer do processo histórico, que encerra em seu bojo, o processo produtivo.

O ineditismo paradigmático da economia ecológica reside na substituição do objetivo fundamental do mercado pelo objetivo necessário da humanidade, o que pode ser traduzido pela colocação da sustentabilidade à frente da busca pela maximização do lucro a qualquer custo. Cabe destacar que a economia ecológica não prega uma sociedade sem mercado. Ela reconhece a importância do mercado para a alocação de recursos, mas defende que esse espaço de trocas não tem poder para resolver os impasses ambientais, pelo uso puro e simples dos seus mecanismos abstratos de atuação (mão invisível buscando o equilíbrio entre oferta e demanda através das variáveis preço e quantidade). O confronto maior da economia ecológica com o *mainstream economics* é que ela defende uma alternativa aos fundamentos macroeconômicos neoclássicos, ao apontar o desenvolvimento sustentável no lugar do crescimento econômico

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

baseado no aumento permanente da produção e do consumo. Isso tem implicações para além do econômico, com interações em esferas tão distintas quanto a geopolítica e o existencialismo.

Este artigo divide-se em 3 seções incluindo esta introdução. A seção 2 trata do fluxo material do Brasil (venda de produtos primários e importação de manufaturados), mostrando a íntima relação entre o intercâmbio desigual de mercadorias – denunciado originalmente pela CEPAL⁴ na década de 1950 – e o intercâmbio desigual de bens ambientais, somado à reprimarização da economia brasileira. A seção 3 apresenta as considerações finais, onde a política fiscal verde aparece como importante instrumento institucional de mitigação da degradação ambiental.

2. NOTAS SOBRE O FLUXO MATERIAL DO BRASIL E REPRIMARIZAÇÃO

Observando-se as exportações brasileiras em período recente, desagregadas entre produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados, verifica-se uma tendência de queda destes últimos. Observando-se os dados do Ministério da Economia (SECEX-ComexStat, 2020) para as exportações das duas principais *commodities* minerais do país, óleo bruto de petróleo e minério de ferro, nos anos de 2014 a 2019, constata-se uma nítida tendência de crescimento, depois da recessão de 2015-2016. No que se refere a dois dos principais produtos industrializados, veículos/motores e aviões, a queda, especialmente a partir de 2017, também é visível.

Consultando-se outros produtos básicos e semimanufaturados, importantes na pauta de exportações do país (carne de frango, carne bovina, açúcar em bruto, gusa, celulose etc.), verifica-se um crescimento acentuado no mesmo período. A conclusão básica, apesar da limitação temporal da série, é que a indústria de bens finais está perdendo espaço na economia brasileira diante da ampliação do protagonismo do agronegócio, da extração mineral e dos bens intermediários que alimentam as cadeias globais de valor. Essa realidade tem fortes implicações sobre o intercâmbio comercial, a situação social interna e sobre a questão ambiental.

⁴ Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (ONU).

PROMOÇÃO



APOIO



2.1. Contextualização histórica do viés primário da produção brasileira.

O Brasil surgiu no cenário internacional na época da expansão marítima dos países ibéricos, na transição do século XV para o século XVI, com a invasão lusitana do ano de 1500 sob o comando de Cabral. Sem autonomia política, o território então ocupado por povos originários, teve seu lugar determinado na Divisão Internacional do Trabalho, inicialmente como produtor de *commodities* agrícolas (madeira, açúcar de cana e depois, tabaco, arroz e peles de animais). Mais adiante, já no século XVIII o algodão e as *commodities* minerais (ouro e diamantes) e no século XIX, a predominância do café. Fernandes (2020) contextualiza esse importante período da história humana:

É fato que a chamada revolução comercial, ocorrida entre os séculos XV e XVIII, representou a transição do feudalismo para o capitalismo. Nesse período, conviveram lado a lado, formas de produção feudal, com formas embrionárias do modo de produção capitalista. O avanço tecnológico que levou às grandes navegações alargou o espaço geográfico da atividade econômica, pela primeira vez na história, para níveis planetários. (FERNANDES, 2020, p. 71).

Entre a chegada de Cabral e o início da colonização (1500-1532), Portugal se empenhou em fundar feitorias, em vários pontos do extenso litoral, para combater incursões de frotas holandesas, inglesas e francesas, mas também para estocar pau-brasil, primeiro produto explorado comercialmente pela metrópole.

A evolução da economia ocidental dos últimos cinco séculos, o século XVI foi marcado pelo desbravamento dos oceanos por portugueses e espanhóis o que abriu espaço para o comércio mundial para além das antigas caravanas de mulas e camelos. O século XVII foi o período do ciclo de acumulação holandês, marcado pelo aperfeiçoamento da intermediação bancária e domínio da distribuição de açúcar em toda a Europa.⁵ O século XVIII foi o século do algodão, cuja demanda explodiu com o surgimento da indústria têxtil na Inglaterra, movida por máquinas a vapor. O século XIX foi palco de grandes avanços tecnológicos, principalmente

⁵ A Holanda buscou também dominar a produção, como atestam as invasões a Pernambuco (1630) e Maranhão (1641), ambas focadas na plantação de cana e na produção de açúcar, tudo voltado para o mercado externo.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nos campos da logística e comunicações, com as ferrovias e o telégrafo, além da segunda revolução industrial marcada pelo motor de combustão interna e pelo surgimento da energia elétrica em escala comercial.

Todo esse progresso foi acompanhado do aumento exponencial da produção de mercadorias e da precedente extração de matérias-primas, que abriu espaço para a grande deterioração ambiental que marcou o século XX e que se aprofunda neste início do século XXI.

2.3 Antecedentes da reprimarização da economia brasileira

As crises do petróleo de 1973 e 1979 e a desregulamentação do sistema financeiro internacional ocasionada pela quebra da paridade dólar americano-ouro⁶ são as razões mais visíveis para a crise econômica que afetou os países desenvolvidos na década de 1970. Na essência, o mundo enfrentava uma crise de superprodução, aspecto ignorado pelo *mainstream*. O fato é que essa crise desacreditou as políticas keynesianas e quebrou a Curva de Philips tradicional, quando fez ocorrer concomitantemente, alta inflação e alto desemprego, em processo que ficou conhecido como *estagflação*.

A consequência desses acontecimentos, nos campos político e teórico, foi o ressurgimento do liberalismo econômico, com uma nova roupagem chamada de neoliberalismo, que se firmou, inicialmente no Reino Unido (era Thatcher, a partir de 1979) e nos EUA (era Reagan, a partir de 1981). Em 1989 ocorreu na capital norte americana, um encontro internacional que ficou conhecido como Consenso de Washington, que apresentou “recomendações”⁷ de política econômica para os países latino-americanos, com o suposto objetivo de alcance do crescimento econômico sem piora na distribuição de renda.

Na prática, tais recomendações tinham por objetivo uma transferência maior de riquezas da região para as economias mais desenvolvidas do mundo ocidental. Dentre as recomendações, destaca-se a seguinte: “Abertura comercial e econômica dos países da região

⁶ Decretada pelo presidente norte americano Richard Nixon em 15 de agosto de 1971, pôs fim a um ordenamento monetário internacional vigente desde a Conferência de Bretton-Woods, em julho de 1944. A quebra da paridade provocou flutuações atípicas nas moedas internacionais e desestabilizou o comércio entre as nações.

⁷ Essas “recomendações” podiam ser resumidas em uma palavra: pressão, pois vinham do país mais poderoso do planeta, os Estados Unidos, através de organismos multilaterais por ele controlados, como o FMI e o BIRD.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

através da diminuição das barreiras alfandegárias e desregulamentação de operações financeiras.”

Essa “recomendação” colocava a indústria nacional em concorrência direta com a indústria de países com maior tecnologia e maior produtividade, iniciando aí, o processo hoje em curso de reprimarização da economia da América não saxônica e, especialmente, do Brasil.

O objetivo anunciado era a atração do investimento estrangeiro, mas o que conseguiu-se atrair foi o capital especulativo de curto prazo sempre em busca de juros elevados para sua reprodução ao largo do processo produtivo. E esse último fator foi acelerado pelo avanço da tecnologia digital, que permitiu a um click, a transferência de somas astronômicas de recursos financeiros de um país para outro, sob o patrocínio de uma forte desregulamentação do mercado financeiro mundial, deixando as economias menores à mercê dos chamados ataques especulativos.

As políticas neoliberais fracassaram na América Latina, como mostram os resultados de décadas de estagnação econômica com ampliação da miséria em quase todos os países da região junto com a manutenção do atraso tecnológico. O Brasil só veio a aderir de forma mais concreta ao receituário neoliberal, na década de 1990, com um programa audacioso de privatizações, que envolveu os setores de mineração, siderurgia, energia e telecomunicações, dentre outros, além da diminuição do Estado e do aprofundamento da abertura econômica, em todos os seus sentidos.

Ao final dos anos 1990 a economia brasileira já enfrentava problemas de grande monta por conta dessas políticas. A âncora cambial havia quebrado a estrutura exportadora do país e, em janeiro de 1999, o governo foi forçado a fazer uma máxidesvalorização do Real, junto com a adoção do câmbio flutuante e um regime de busca de superavit fiscal, com metas de inflação definidas pela autoridade monetária.

Historicamente, o Brasil sempre teve uma pauta de exportações dominada por produtos primários, mas na década de 1970 ocorreu uma reversão e os produtos industrializados superaram as exportações das commodities minerais e agrícolas. A economia brasileira vinha construindo, a partir dos anos 1950, um complexo industrial de importância mundial, mas no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

final dos anos 1990, começou um retorno ao *status quo* predominante do descobrimento até o terceiro quartel do século XX.

Nos anos 2000, com a China se tornando a “fábrica do mundo”, a abertura comercial e a desregulamentação financeira, feitas lá atrás, prepararam o cenário para o aprofundamento da reprimarização – que se consolidou nos anos 2010 – com graves impactos ambientais, devidamente negligenciados pelos defensores do agronegócio e pelos economistas neoliberais.

A economia brasileira, de 1980 a 2022, esteve sempre entre as 15 maiores do mundo, tendo ocupado a sexta posição em 2011. A reprimarização de uma economia desse porte significa, do ponto de vista das relações interestados, um distanciamento do país do núcleo orgânico do capitalismo mundial (Wallerstein, 2004), pois, embora o setor primário necessite de grandes aportes tecnológicos para a competição internacional, esses aportes são comprados da indústria global, ou de suas filiais em território nacional e são consumidos como insumos sem efeitos encadeadores no restante da economia o que aumenta ainda mais a dependência externa do país e aumenta o passivo ambiental.

2.3.1 Dados da reprimarização pela ótica da pauta de exportações

Nas primeiras décadas do século XXI, intensificou-se no meio acadêmico brasileiro a discussão sobre a reprimarização da economia com destaque para os autores Cano (2012) e Bresser-Oreiro-Marconi (2016). O século XX foi o palco do processo de industrialização do Brasil, cujo período áureo se estendeu de 1930 a 1980. A partir daí, uma série de crises internas e externas fizeram, gradativamente, cair a participação da indústria no total do produto nacional. O modelo de crescimento do Regime Militar era baseado no capital externo e isso ocasionou a crise da dívida externa que explodiu nos anos 1980. Somou-se a isso, a crise inflacionária, que perdurou até meados dos anos 1990, ampliando a desigualdade social pela abrupta perda do poder de compra dos salários. Na segunda metade dos anos 1990, a sobrevalorização do Real, e a âncora cambial, somadas às crises externas do México (1995), asiática (1997) e da Rússia (1998), formaram um cenário nocivo para a indústria de transformação no Brasil.

Nos anos 2000, o fenômeno do crescimento da China teve duas consequências: o aumento de sua demanda por *commodities* levou a um aumento dos investimentos nessa área

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e, conseqüentemente, da produção e do volume exportado. Na outra ponta, a China diversificou sua produção industrial, praticando preços que inviabilizaram a concorrência, fazendo com que muitos industriais se transformassem em importadores. Ainda no cenário internacional, a crise do subprime de 2008-2009, cujos reflexos se manifestaram no Brasil na crise interna de 2015-2016, contribuiu mais ainda para a diminuição da participação da indústria no total das produções nacional e mundial, vis a vis com o crescimento da participação das *commodities*.

A reprimarização se intensificou a partir da mudança política ocorrida em 2016, com uma restauração neoliberal, marcada pelo avanço da desnacionalização da economia, acelerada por um processo de privatizações de empresas estratégicas, desativação de refinarias de petróleo, abandono das políticas regionais de industrialização etc. Tudo com o propósito de esvaziar o papel do Estado de indutor do desenvolvimento e de submeter o país às determinações das nações desenvolvidas.

Do ponto de vista econômico, essas atividades extrativas em escala, voltadas para exportação, não são indutoras do desenvolvimento. Basta ver a situação histórica dos países situados na periferia do capitalismo mundial. Da perspectiva ecológica, esse tipo de atividade provoca um amplo conjunto de externalidades negativas que vão além da poluição. Em estudo realizado pela professora María Cristina Vallejo Galárraga⁸, apresentado no artigo *Estructura biofísica de la economía ecuatoriana: un estudio de los flujos directos de materiales* (Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, 2006, vol. 4: 55-72), é demonstrado, através do exame de indicadores biofísicos – extraídos de uma análise do fluxo material do Equador em relação ao Balanço de Pagamentos –, que as receitas e demais efeitos econômicos oriundos das atividades extrativistas foram insuficientes na promoção do desenvolvimento. Além de realimentar uma relação ecologicamente desigual com as nações desenvolvidas, retardou a modernização industrial do país.

Valejo Galárraga usou uma metodologia não recorrente para analisar as trocas internacionais do Equador. Ela o fez através do *Physical Trade Balance* (PTB), em contrastaste com a apuração tradicional da balança comercial, que se dá pela via monetária. Do ponto de vista ecológico, isso faz mais sentido, pois essa a *balança comercial física* é calculada em

⁸ Pesquisadora da *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* – FLACSO, com sede em Quito, Equador.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

termos de toneladas dos materiais exportados e importados (fluxo físico das mercadorias) enquanto a balança comercial monetária reduz essa realidade aos valores das *commodities* definidos no mercado internacional, o que não reflete a sangria ecológica nos países predominantemente extrativistas.

Para tratar do assunto este artigo utilizou dados do comércio exterior para um período de seis décadas, entre 1964 e 2022, iniciando pelos dados do intervalo de 1964 a 2000. Esses dados mostram que o Brasil, em 1964, era um país eminentemente agroexportador, como havia sido em toda sua história, até então. Naquele ano, 85,4% de suas exportações foram de produtos básicos (*commodities* agrícolas, minerais e biológicas) e apenas 6,2% de manufaturados. A partir dos anos 1970, começou a crescer a participação dos manufaturados na pauta de exportações, frente à queda progressiva dos básicos. Os motivos são vários, mas conta-se desde a infraestrutura básica construída no período Vargas e sua política de substituição das importações durante a segunda grande guerra, passando pela agressiva política industrial de Juscelino Kubitschek e pelos investimentos e protecionismo dos governos militares. Em 1971, as manufaturas alcançaram, pela primeira vez, 20% do total das exportações e em 1979, 43,6%, superando, pela primeira vez, a exportação dos básicos, que ficou em 43%.

Nos anos 1980 consolidou-se uma forte diversificação produtiva no país e já em 1981, as exportações de manufaturados alcançaram a marca de 51%, superando a soma de básicos (38,3%) e semimanufaturados (9,1%)⁹. No final dessa década (1990), a participação dos manufaturados alcançou 54,2%. Em 1993 ocorreu o recorde histórico de 60,4%. No ano 2000, a participação dos manufaturados ficou em 59%.

Nos anos 1990, uma série de medias econômicas de orientação neoliberal começaram a preparar o terreno para a reprimarização. Sem que quase ninguém percebesse, o Consenso de Washington reorientou o papel da América Latina para seu tradicional lugar na (nova) Divisão Internacional do Trabalho. Os efeitos só começaram a se manifestar, de forma mais aguda, a partir dos anos 2000, quando o crescimento exponencial da economia chinesa se tornou destaque internacional, e impactou o mundo de diversos modos. Um deles foi o aumento da

⁹ A diferença para alcançar 100% deve-se aos chamados “produtos especiais”, não considerados aqui por sua participação irrisória.

PROMOÇÃO



APOIO





demanda por commodities, de grãos e minérios a carnes de diversos tipos. Isso ocasionou um crescimento vertiginoso do agronegócio brasileiro e, a partir de 2011, o Brasil passou a exportar mais *commodities* e semimanufaturados (produtos intermediários) que manufaturados, evidenciando a confirmação de um progressivo movimento de desindustrialização, que veio acompanhado de uma mudança de composição no setor industrial, com deslocamento de investimentos para os semielaborados em detrimento dos setores de alta tecnologia.

2.3.2 A diminuição da participação do Brasil no comércio internacional

Para continuação da análise é necessário verificar a evolução das exportações brasileiras e compará-las com outros países para tirada de conclusões específicas referentes ao tema da reprimarização. O IBGE (Balança Comercial 1901-2020) e o Ministério da Economia (ComexStat) apresentam esses dados.¹⁰

De 1961 a 2020, o Brasil conheceu acelerado crescimento urbano e industrial. Nesse período, a *revolução verde* deflagrada originalmente nos EUA, fez recrudescer em volume e qualidade, a produção agropecuária. A soma do progresso desses setores (industrial e agrícola) repercutiu no crescimento do setor de serviços e, por conseguinte, no PIB como um todo. O reflexo disso no crescimento das exportações foi diretamente proporcional, como bem mostram os números.

Em 1961 o país exportou US\$ 1,405 bilhão. Em 2020, 209,180 bilhões. Um crescimento, em US\$, de 148,88 vezes em seis décadas (dados do Ministério da Economia: SECEX-ComexStat). Na década de 2011 a 2020, houve uma queda nominal (em US\$), justamente em uma década dominada por produtos básicos. Para colocar mais luz no debate, verifica-se que em 2019, quando estava em curso uma política econômica de cunho neoliberal, a participação da produção industrial no total do PIB, caiu para o nível mais baixo da série, alcançando 21,1% considerando toda a indústria. Considerando-se apenas a indústria de transformação, o número despencou para 11,1%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

¹⁰ Fontes: IBGE: <https://seculoxx.ibge.gov.br/en/economicas/setor-externo/tabelas>; SECEX-ComexStat https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html.



Em 2022, essa situação se manteve, havendo alteração apenas nas posições dos produtos. Segundo a mesma fonte (ComexStat), os dez produtos mais exportados pelo país foram todos commodities minerais e agrícolas. Segundo dados da WTO¹¹ divulgados em fevereiro de 2023, o Brasil participou, em 2021, com menos de 0,5% das vendas globais de manufaturados (0,47% contra 0,43% em 2020). “Coincidentemente” na década de 2011-2020, o Brasil caiu no ranking global das exportações desse grupo de produtos da posição 26 para a posição 34. Os dados, sem fumaça de dúvida, apontam para uma economia reprimarizada.

2.4 Reprimarização e variação do PIB

Os dados do PIB divulgados pelo IBGE, permitem comparar os resultados da década de 2000 com os da década de 2010. Na primeira, a média de crescimento anual foi de 3,72%. Na segunda, apenas 0,27%. Isso representou mais que uma estagnação, pois o crescimento da economia foi menor que o crescimento demográfico na década. Segundo o IBGE, naquela década a população teve um crescimento vegetativo anual de 0,37%.

A estagnação do PIB na década 2011-2020 provocou um forte efeito na distribuição produto/população. Verifica-se, conforme dados do IBGE, que o PIB per capita em 2020 representou metade do PIB per capita de 2011. O que faz com que essa década seja considerada perdida, assim como foi a década de 1980 sendo que na mais recente, o PIB per capita teve seu pior resultado em 100 anos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos efeitos negativos da reprimarização para o meio ambiente e para o progresso técnico como um todo, há ainda a questão da inserção subordinada nas Cadeias Globais de Valor, onde o Brasil, devido à baixa internacionalização de suas empresas, tem participação discreta e discrepante em relação ao tamanho de sua economia. Os dados apresentados neste artigo indicam uma desindustrialização, manifesta, principalmente, na regressão qualitativa da Balança Comercial, mas há um agravante pouco discutido: o rearranjo produtivo ocorrido a partir dos anos 1970, quando teve início um processo de dispersão geográfica da produção,

¹¹ WTO: *World Trade Organization* (Organização mundial do Comércio). <https://data.wto.org>

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



com o capital internacional buscando áreas onde o contrato social com o trabalho era precário (HARVEY, 2003), além do objetivo não declarado de diminuir a poluição nos países centrais, aumentando a desigualdade no intercâmbio ecológico (troca de programas de computadores por celulose, por exemplo).

Esse processo, chamado pela geografia econômica de “relocalização competitiva” é o desdobramento de uma relação histórica presente desde os primórdios da primeira revolução industrial, quando a Divisão Internacional do Trabalho, amparada teoricamente pelas “vantagens comparativas” de Ricardo (1986), emoldurava as decisões tomadas pelo poder dos países centrais. Mais recentemente vem ocorrendo um fenômeno novo no mundo desenvolvido: um crescimento da correlação entre exportações de manufaturados e importação de semimanufaturados mais complexos, destinados à finalização de produtos acabados. (HUMPHREY; SCHIMITZ, 2002)¹². Esses países terceirizam o “domínio” de parte da cadeia global de valor e deixam para os países em desenvolvimento, a fabricação de certos produtos intermediários causadores de algum tipo de dano ambiental.

O Brasil possui sólidas ligações comerciais com países desenvolvidos, só que de forma subalterna. Majoritariamente, as exportações brasileiras são oriundas da exploração dos seus recursos naturais e de sua indústria de semimanufaturados (principalmente ferro gusa, pelotas de ferro, celulose, alumina, açúcar em bruto, óleo de soja em bruto e até madeira serrada ou simplesmente fendida). Parte desses produtos volta ao país, depois de passar pelas cadeias globais de valor, como produtos acabados (FERREIRA; SCHENEIDER, 2015). Essa condição aumenta o déficit ambiental ao mesmo tempo em que contribui para o declínio da Balança Comercial, comprometendo o Balanço de Pagamentos e retirando força do país nas relações entre os estados.

As perspectivas, com a recente mudança política ocorrida no país, são de retomada de uma política ambiental mais alinhada com o contexto internacional, não só no âmbito dos estados, mas do próprio movimento ecológico global. A adoção de uma política fiscal verde

¹² John Humphrey & Hubert Schmitz, pesquisadores do Institute of Development Studies (University of Sussex, Brighton, UK), publicaram, em 2002, um estudo sobre como a modernização em clusters industriais em países em desenvolvimento é afetada pela inserção em cadeias globais de valor, onde a finalização da produção acontece nos países que estão na fronteira tecnológica, locus natural das compras globais e da governança dessas cadeias.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que venha a inibir atividades econômicas predatórias e premiar as boas práticas ambientais faz parte de um caminho do qual o país não pode mais se desviar. Com relação ao crescimento do produto interno, no âmbito da visão holística da economia ecológica, faz-se necessária a construção de uma nova política industrial, amparada na busca por um avanço tecnológico sustentável, que aponte para o alcance de um estado estacionário de abundância, em harmonia com a natureza.

REFERÊNCIAS

- ARRIGUI, G. **O Longo Século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J.; MARCONI, N. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2016.
- CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade. v. 21, 2012, pp.831-851.
- DADOS CONSOLIDADOS DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html>
- FERREIRA, J. D.; SCHNEIDER, M. B. **As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira**. Curitiba: Revista Tecnologia e Sociedade, v.11, n.21, 2015.
- GEORGESCU-ROEGER, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge – MA: Harvard Universidade Press, 1971.
- GEORGESCU-ROEGER, N. (1995). **La D'écroissance: Entropie-Ecologie-Economie**. Paris: Ed. Sang de la Terre, 1995.
- HUMPHREY, J.; SCHIMITZ, H. **How does insertion in global value chains affect upgrading in industrial clusters?** UK, Routledge: Regional Studies, v.36, n.9, 2002. pp. 1017-1027.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Tradução: Adail U. Sobras; Maria S. Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- IBGE – DADOS HISTÓRICOS DO SETOR EXTERNO NO SÉCULO XX: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas.html>>
- PASSET, R. **L'économique et le vivant**. Paris: Payot, 1979.
- PORTAL DA OMC: <<https://data.wto.org/en>>
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. Tradução: Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1986 (Os Economistas).
- SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.
- SOLOW, R. M. **A Contribution to the theory of Economic Growth**. The Quartely Journal of Economics, vol.70, nº 1, feb. 1956, pp.65-94.
- VALLEJO-GALÁRRAGA, M. C. **Estructura biofísica de la economía ecuatoriana: un estudio de los flujos directos de materiales**. Rio de Janeiro: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 4, 2006: pp. 55-72.
- WALLERSTEIN, I. **World-Systems Analysis: na introduction**. Durhan, North Carolina: Duke University Press, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO